

ESP-CASA CIVIL

Termo de Referência 89/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
89/2025	990001-ESP-CASA CIVIL	LEANDRO ADAO DA SILVA	03/02/2026 13:14 (v 0.25)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	238/2025	001.00009727/2025-91

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Sistema de Registro de Preço visando futura e eventual aquisição de Uniforme completos, masculino e feminino, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

GRUPO 01						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Costume (blazer e calça) Masc. Disponíveis na cores: Azul Marinho, Preto e Cinza nos tamanhos 44 a 70	614117 Genérico	Unidade	336	1.520,71	510.957,72
2	Camisa Social Masc. Cor Branca Disponíveis nos tamanhos P, M, G, GG e EXG.	467411 Genérico	Unidade	672	339,04	227.833,20
3	Gravata Social Masc. Disponíveis nas cores: Azul Marinho e Preto.	356822 Genérico	Unidade	168	127,81	21.472,50

4	Calça social Feminina (idêntica ao blazer) Disponíveis nas Cores: Azul Marinho, Preto e Cinza e nos tamanhos 38 a 62.	263007 Genérico	Unidade	12	278,80	3.345,57
5	Blazer Social Feminino (terno) Disponíveis nas cores: Azul Marinho, Preto e Cinza e nos tamanhos 38 a 50.	278230 Genérico	Unidade	12	514,82	6.177,87
6	Camisa Social Feminino na Cor Branca Disponíveis nos tamanhos P, M, G.	613848 Genérico	Unidade	24	225,99	5.423,82

GRUPO 02						
1	Sapato Social Masc. Cor preta Disponíveis nos tamanhos 37 a 45	463851 Genérico	Unidade	336	326,99	109.866,96
2	Sapato Social Feminino Cor Preta Disponíveis nos tamanhos 35 a 40.	446155 Genérico	Unidade	12	321,45	3.857,40

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como de natureza comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados da assinatura do contrato, prorrogáveis por 1 (um) ano de acordo com a vigência legal para os moldes dessa licitação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 16/01/2026.

1.6. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a

aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-FIPE (indicar o índice a ser adotado, observando o artigo 2º, IV, “a”, do Decreto nº 67.608/2023, acima transcrito), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.6.1. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.6.1.1. Caso seja(m) realizado(s) reajuste(s) dos preços da ata, somente caberá reajuste dos preços de eventual contratação dela decorrente se for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajuste dos preços da ata anterior à celebração da contratação.

1.6.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.6.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.6.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo ao instrumento da contratação.

1.6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

1.7. É obrigação do Contratante responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze), contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

1.7.1.1. Caso seja(m) realizado(s) reajuste(s) dos preços da ata, somente caberá reajuste dos preços de eventual contratação dela decorrente se for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajuste dos preços da ata anterior à celebração da contratação.

1.8. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.9. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

1.10. Especificação detalhada dos itens:

1.10.1. Costume (Blazer e calça) - Masculino:

1.10.1.1. Blazer Masculino, disponíveis na cores: Azul Marinho, Preto e Cinza e nos tamanhos 44 a 70 :

1.10.1.1.1. talhe de paletó clássico social com gola forrada e entretelada, sendo o forro da gola de manta da cor do tecido, ponto picado por dentro nas junções do forro com o tecido, onde deverá haver um friso cuja cor contraste como o pesponto, com o forro e com o tecido do paletó;

1.10.1.1.2. manga com punho aberto, falso caseado, com 4 (quatro) botões tamanhos 22 (vinte e dois), com possibilidades de ajustes;

1.10.1.1.3. frente guarnecida com entretela (cavalinho) tecida, entreteladas de forma a permitir uma boa apresentação, abertura com 2 (dois) botões de 2,1 cm e caseado tipo olho;

1.10.1.1.4. 02 (dois) bolsos externos embutidos na parte inferior com portinholas medindo 5,50 (cinco e 1/2) cm de largura e 15 (quinze) cm de boca com ponto picado em sua volta;

1.10.1.1.5. 01 (um) bolso externo embutido na parte superior esquerda, com abertura de 10 (dez) cm e 2 (dois) cm de lapela retangular e ponto picado;

1.10.1.1.6. no mínimo 03 (três) bolsos embutidos na parte interna nas cores do contraste;

1.10.1.1.7. uma pense e um recorte em cada frente;

1.10.1.1.8. punhos com bainha de 3 (três) cm (barra da manga), com possibilidades de ajustes;

1.10.1.1.9. costura central nas costas;

1.10.1.1.10. 02 (duas) aberturas traseiras, uma em cada lateral (corte inglês);

1.10.1.1.11. no mínimo 01 (um) botão de reserva na parte interna;

1.10.1.1.12. botões na tonalidade do tecido;

1.10.1.1.13. tecido confeccionado em 68% poliéster, 30% viscose e 2% elastano, com oscilação máxima permitida de 10% para poliéster e viscose;

1.10.1.1.14. enchimento de ombros: ombreira de feltro em poliéster;

1.10.1.1.15. forro 100% acetato ou similar, tingimento super sólido;

1.10.1.1.16. forro e botões em concordância com a tonalidade do tecido;

1.10.1.1.17. ombreiras de espuma forradas de tecido;

1.10.1.1.18. na parte interior do paletó entre o tecido e o forro, usar crina, manta, reforço de ombro e de manga, ombreiras forradas de tecido e entretelas duplas tecidas nas cores escuras, todas as partes alinhavadas na pré costura;

1.10.1.1.19. o tecido deverá ser isento de furos, deformações, marcas e manchas, fios puxados, cortes ou rasgos;

1.10.1.1.20. as peças deverão estar isentas de costuras tortas, franzidas, linhas soltas, bolhas nas partes com entretelas, deformidades ou outros fatores que possam prejudicar sua utilização ou aspecto;

1.10.1.1.21. cada peça deverá possuir internamente etiqueta informando a composição do tecido; nome ou marca do fabricante e do confeccionista; número do manequim e instrução de lavagem;

1.10.1.1.22. o blazer deverá ser embalado juntamente com a calça para composição do costume social masculino, em capa protetora com zíper, devidamente fechado, contendo identificação de nome do material, número ou tamanho do manequim;

1.10.1.1.23. após a requisição e fornecimento do blazer, caso seja necessário, poderá ser solicitado ajustes ou troca para adequação da numeração;

1.10.1.2. Calça Masculina, disponíveis na cores: Azul Marinho, Preto e Cinza nos tamanhos 38 a 60:

1.10.1.2.1. calça modelo social clássica, sem pregas, com 06 (seis) a 08 (oito) passantes de cinto sem costuras aparentes, barra do tipo tradicional, braguilha fechada através de zíper reforçado na tonalidade do tecido, com quatro bolsos, sendo 2 (dois) bolsos dianteiros tipo faca pespontados e 2 (dois) bolsos traseiros embutidos, transpasse preso através de presilha e botão;

1.10.1.2.2. internamente, o cóis deverá ter borracha para evitar escorregamento da camisa e ser entretelado e forrado em toda extensão, sempre em preto, na mesma tonalidade e material do forro dos bolsos;

1.10.1.2.3. passar vivo de costura nos cantos dos forros e dos bolsos internos e costuras do cavalo da calça onde na parte inferior deve ter reforço;

1.10.1.2.4. tecido confeccionado em 68% poliéster, 30% viscose e 2% elastano, com oscilação máxima permitida de 10% para poliéster e viscose;

1.10.1.2.5. botões em concordância com a tonalidade do tecido;

1.10.1.2.6. o tecido deverá ser isento de furos, deformações, marcas e manchas, fios puxados, cortes ou rasgos;

1.10.1.2.7. as peças deverão estar isentas de costuras tortas, franzidas, linhas soltas, bolhas nas partes com entretelas, deformidades ou outros fatores que possam prejudicar sua utilização ou aspecto;

1.10.1.2.8. cada peça deverá possuir internamente etiqueta informando: composição do tecido, nome ou marca do fabricante e do confeccionista, número do manequim, instrução de lavagem;

1.10.1.2.9. embalado juntamente com o blazer para composição do costume social masculino apresentado em capa protetora com zíper, devidamente fechado, contendo identificação de nome do material, número ou tamanho do manequim;

1.10.1.2.10. após a requisição e fornecimento da calça, caso seja necessário, poderá ser solicitado ajustes ou troca para adequação da numeração;

1.10.1.3. Camisa Social Masculino, disponíveis nos tamanhos P, M, G, GG e EXG:

1.10.1.3.1 com manga longa, colarinho entretelado;

1.10.1.3.2. costuras com agulha tipo ponta bola e com 12 pontos/polegadas;

1.10.1.3.3. fechamento de ilhargas e mangas com máquina fechadeira;

1.10.1.3.4. colocação de mangas com interlock bitola estreita ou média;

1.10.1.3.5. ponto fixo 1 (uma) agulha para colocação do bolso, gola, pala, bainha e para pespontar, com cantos dos bolsos reforçados com costura dupla;

1.10.1.3.6. o tecido deverá ser isento de furos, cortes e fios soltos, rasgamentos, deformações, marcas ou manchas;

1.10.1.3.7. as peças deverão estar isentas de costuras tortas ou franzidas, linhas soltas, deformidades ou outros fatores que possam prejudicar sua utilização ou aspecto;

1.10.1.3.8. tecido em tricoline 100% algodão peletizado, em fio 50 (cinquenta) ou titulação maior;

1.10.1.3.9. nas cor lisa: **branca**, sem variações de tonalidades;

1.10.1.3.10. embaladas individualmente em recipiente próprio para camisa em plástico fechado, com etiqueta constando, nome do material, número ou tamanho do manequim;

1.10.1.3.11. cada peça deverá **possuir internamente etiqueta na base posterior do colarinho informando a composição do tecido**, nome ou marca do fabricante e do confeccionista, numeração do manequim e instruções de lavagem;

1.10.1.3.12. deve conter, na parte inferior frontal interna, 2 (dois) botões reservas;

1.10.1.3.13. talhe social com colarinho clássico firme, contendo barbatanas removíveis, tipo túnel, entretelado pespontado em toda a borda, com as seguintes medidas:

1.10.1.3.13.1. pé de gola medindo 3 (três) cm;

1.10.1.3.13.2. parte traseira da gola medindo 4 (quatro) cm;

1.10.1.3.13.3. ponta do colarinho medindo 7,5 (sete e meio) cm;

1.10.1.3.14. bolso frontal superior esquerdo, com sua base chanfrada formando um bico, com dimensões de até 13 x 15 cm;

- 1.10.1.3.15. as medidas referentes a gola e ao bolso podem apresentar uma oscilação máxima de 0,5 (meio) cm;
- 1.10.1.3.16. abertura frontal total e abotoamento central com 7 (sete) botões (tamanho 18);
- 1.10.1.3.17. o primeiro botão pregado no vértice da gola, com caseado horizontal e os outros em intervalo equidistantes com caseados verticais;
- 1.10.1.3.18. frente vista macho, toda entretelada, com 3 (três) cm de largura pesponto de 0,5 (meio) cm tanto para as bordas como para a barra;
- 1.10.1.3.19. costas com pala dupla de 10 (dez) cm para o número 3 (três) e, tamanhos proporcionais para outras numerações;
- 1.10.1.3.20. manga longa com duas pregas, punhos abotoáveis, com cancela entretelada com um botão (tamanho 14 ou 16), cantos quebrados ou arredondados, entretelados medindo 6 (seis) cm, pespontado em toda borda com 0,5 (meio) cm e 2 (dois) botões para ajuste do punho (tamanho 18);

1.10.1.3.21. após a requisição e fornecimento da camisa, poderá ser solicitado troca para adequação da numeração;

1.10.1.4. Gravata social Masculino, disponíveis nas Cores Azul marinho e Preta:

- 1.10.1.4.1. confeccionada em jacquard de seda, sem nó, formada por 3 (três) partes, com 2 (dois) passantes e forro trabalhado;
- 1.10.1.4.2. entretela dupla de lã fusionada com peso de 57 g/m² (aceitando oscilação máxima de 5 g/m²);
- 1.10.1.4.3. com dimensões de 1,40 a 1,50 m de comprimento e 6 (seis) a 9 (nove) cm de largura na parte mais grossa e 2 a 3 cm na parte mais estreita;
- 1.10.1.4.4. embalada individualmente em saco plástico;
- 1.10.1.4.5. o tecido deverá ser isento de furos, cortes, fios soltos, rasgos, deformações, marcas e manchas;
- 1.10.1.4.6. as peças deverão estar isentas de costuras tortas ou franzidas, linhas soltas, deformidades ou outros fatores que possam prejudicar sua utilização ou aspecto;
- 1.10.1.4.7. nas cores lisa: azul marinho e preta sem variações de tonalidades;
- 1.10.1.4.8. cada peça deverá possuir internamente etiqueta informando a composição do tecido, nome ou marca do fabricante e do confeccionista e as instruções de lavagem;
- 1.10.1.4.9. após a requisição e fornecimento da gravata, poderá ser solicitado troca para adequação das cores;

1.10.1.5. Sapato social - Masculino, disponíveis nos tamanhos 37 a 45:

- 1.10.1.5.1. próprio para uso diário, esteticamente adequado para uso com traje passeio masculino completo, estilo casual, de amarrar, tipo napolitano de 4 furos (cadarço), 100% couro legítimo com acabamento vegetalizado e pré-amaciado;
- 1.10.1.5.2. solado em poliuretano injetado, colado, com bolha de ar amortecedora no calcanhar;
- 1.10.1.5.3. calcanheira forrada em couro legítimo que facilite a absorção natural da transpiração;
- 1.10.1.5.4. palmilha em poliuretano recoberta por tecido e confeccionada em espuma, não deformável, com sistemas de amortecimento frontal e traseiro, própria para longos períodos de permanência em pé e prevenção de calosidades;
- 1.10.1.5.5. colarinho espumado;
- 1.10.1.5.6. na cor preta;
- 1.10.1.5.7. os tamanhos deverão variar do número (BR) 37 ao 45 ;

1.10.1.5.8. embalados em caixa própria, contendo especificação do produto, tais como: material utilizado na confecção, numeração e procedência;

1.10.1.5.9. após a requisição e fornecimento dos sapatos, poderá ser solicitado troca para adequação da numeração;

1.10.1.6. Blazer Feminino, disponíveis nas cores: Azul Marinho, Preto e Cinza e nos tamanhos 38 a 50.:

1.10.1.6.1. Modelo clássico social e acinturado nas cores azul marinho, cinza e preto, tecido em 95% poliéster e 5% elastano;

1.10.1.6.2. gola reta estilo alfaiataria forrada e entrelada;

1.10.1.6.3. dois bolsos interno embutidos na parte inferior com portinholas de 5cm(l) e 15cm de boca, na diagonal e dois bolsos funcionais na frente;

1.10.1.6.4. frente arredondada na barra com comprimento na altura do quadril;

1.10.1.6.5. abertura frontal fechável por dois botões de T-32 e caseado tipo olho entrelado de forma a permitir uma boa apresentação;

1.10.1.6.6. manga duas folhas;

1.10.1.6.7. costas com dois recortes sendo um de cada lado saindo da cava até a barra e uma costura centralizada;

1.10.1.6.8. dois botões na cor do tecido massa de poliéster tamanho T-32 sendo um na frente e um reserva;

1.10.1.6.9. forro parte interna toda coberta com cetim com Elastano 94% e Poliéster e 6% elastano.

1.10.1.6.10. o tecido deverá ser isento de furos, deformações, marcas e manchas, fios puxados, cortes ou rasgos;

1.10.1.6.11. as peças deverão estar isentas de costuras tortas, franzidas, linhas soltas, bolhas nas partes com entretelas, deformidades ou outros fatores que possam prejudicar sua utilização ou aspecto;

1.10.1.7. Calça social feminino, disponíveis nas Cores: Azul Marinho, Preto e Cinza e nos tamanhos 38 a 62:

1.10.1.7.1. calça alfaiataria nas cores azul marinho, cinza e preto (idêntico ao do Blazer) tecido oxford com elastano frisada, cóis entrelado, costura reforçada com pesponto de fixação no cóis;

1.10.1.7.2. caimento justo com pregas frontais e taseiras;

1.10.1.7.3. bolsos frontais embutidos;

1.10.1.7.4. fechamento lateral por zíper invisível;

1.10.1.7.5. o tecido deverá ser isento de furos, deformações, marcas e manchas, fios puxados, cortes ou rasgos;

1.10.1.7.6. as peças deverão estar isentas de costuras tortas, franzidas, linhas soltas, bolhas nas partes com entretelas, deformidades ou outros fatores que possam prejudicar sua utilização ou aspecto;

1.10.1.8. Camisa social feminino, disponíveis nos tamanhos P, M e G:

1.10.1.8.1. camisa social semi-italiano estilo manga longa;

1.10.1.8.2. na cor branca;

1.10.1.8.3. tecido acetinado 97% algodão e 3% elastano;

1.10.1.8.5. o tecido deverá ser isento de furos, deformações, marcas e manchas, fios puxados, cortes ou rasgos;

1.10.1.8.6. as peças deverão estar isentas de costuras tortas, franzidas, linhas soltas, bolhas nas partes com entretelas, deformidades ou outros fatores que possam prejudicar sua utilização ou aspecto;

1.10.1.9. Sapato social feminino, disponíveis nos tamanhos 35 a 40.:

1.10.1.9.1. modelo scarpin;

1.10.1.9.2. em couro tipo vaqueta curtido ao cromo na cor preta;

1.10.1.9.3. acabamento em pigmento preto, estamparia lisa finalizado no brilho médio;

1.10.1.9.4. forro de poliéster dublado com espuma de 2mm, tingido na cor preta;

1.10.1.9.5. solado emborrachado com desenho antiderrapante fixado ao coro de forma colada, paumilha interna com forro de 6mm;

1.10.1.9.6. salto de abs com altura máxima de 5cm colado e pregado com 4 pregos e 20mm;

1.11. Considerações Gerais

1.11.1. as quantidades descritas acima são a estimativa de consumo anual, a fim de atender as necessidades do efetivo da Casa Civil;

1.11.2. observo e atesto que as características dos objetos pretendidos pela Administração citados acima não limitam, tampouco frustram a competição ou a realização do certame.

1.12 Dos ajustes

1.12.1. Pequenos ajustes em ternos

1.12.1.1. Correções leves que melhoram o caimento da peça sem alterar sua estrutura original:

- **Ajuste de laterais (acinturamento)**
Reduz ou amplia levemente a largura do paletó para melhor ajuste ao corpo.
- **Ajuste de mangas**
Encurtamento ou alongamento das mangas, mantendo a proporção correta (normalmente deixando aparecer 1 a 2 cm da camisa).
- **Ajuste de ombros (limitado)**
Pequenos retoques para corrigir leve excesso de tecido; ajustes estruturais profundos não são considerados “pequenos”.
- **Ajuste de barra do paletó**
Correção discreta do comprimento para melhor equilíbrio visual.

1.12.2. Pequenos ajustes em calças

1.12.2.1. Ajustes simples e comuns para conforto e estética:

- **Barra da calça**
Encurtar ou alongar, com ou sem vinco, conforme o uso (social ou casual).
- **Ajuste de cintura**
Apertar ou soltar poucos centímetros, usando sobra de tecido existente.
- **Ajuste de gancho**
Correção leve para melhorar o conforto ao sentar ou caminhar.
- **Ajuste de boca da calça**
Pequena redução ou ampliação para alinhar ao estilo do terno.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual de 2025 e de 2026 através do DFD nº 153/2025**, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. devem ser atendidas as normas e critérios de sustentabilidade afetos aos produtos; Da exigência de amostra

Da exigência de amostra(s)

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra(s), em até 04 (quatro) dias úteis, local e horário de realização do procedimento de avaliação divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3. Será(ão) exigida(s) amostra(s) do(s) seguinte(s) item(ns):

4.3.1. Costume (conjunto de blazer e calça) Masc. e Fem.;

4.3.2. Camisa social - Masc. e Fem.;

4.3.3. Sapato social - Masc. e Fem.;

4.4. as amostras deverão ser entregues no endereço, Avenida Morumbi, nº 4.500, Sala 36, São Paulo/SP, CEP 05650-905, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega;

4.5. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.6. no caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada;

4.7. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.7.1. Costume (terno e calça) - Masc. e Fem.:

- Tecido: tipo (lã fria, poliéster, viscose, mistura etc.), gramatura, toque e aparência.
- Cor e tonalidade: conformidade com a cor especificada
- Costura: regularidade, firmeza, acabamento interno e externo.
- Corte e modelagem: simetria, caimento e proporção das partes (ombros, mangas, comprimento).
- Forro: tipo (acetinado, poliéster, viscose), qualidade e fixação.
- Botões e casas: alinhamento, firmeza e acabamento.
- Bolsos: número, localização, acabamento e funcionalidade.
- Resistência: qualidade das costuras, resistência de pontos de tensão (ombros, axilas, joelhos).
- Identificação: etiqueta com composição, tamanho e instruções de lavagem.

4.7.2. Camisa e Blusa - Masc. e Fem.

- **Tecido:** composição, gramatura e respirabilidade.
- **Cor e estampa:** fidelidade à cor e padrão especificado.
- **Costura:** reforço nas áreas de tensão (axilas, gola, punhos), simetria e acabamento.
- **Modelagem:** caimento e proporções adequadas.
- **Botões/zíper:** qualidade, fixação e funcionamento.
- **Gola e punhos:** rigidez, formato e acabamento interno.
- **Etiqueta:** composição, tamanho, instruções de lavagem e identificação do fabricante.

4.7.3. Sapato Social - Masc. e Fem.

- **Material externo:** couro natural, sintético ou tecido – deve estar conforme o edital.
- **Material interno:** conforto, respirabilidade e acabamento (forro, palmilha).
- **Solado:** material (borracha, poliuretano, TR), resistência e aderência.
- **Costura e colagem:** firmeza e uniformidade das junções.
- **Palmilha:** densidade, conforto e absorção de impacto.
- **Acabamento:** aspecto geral, brilho e uniformidade.
- **Numeração:** fidelidade ao tamanho declarado.
- **Ergonomia e conforto:** peso, flexibilidade e estabilidade ao caminhar.

4.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema;

4.9. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência;

4.10. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento;

4.11. Após a divulgação dos resultados finais do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 20 (vinte) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento;

4.12. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso. Da exigência de carta de solidariedade

Garantia da contratação

4.13. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. a entrega dos objetos Costume (blazer e calça) e Camisa social Masculino e Feminino contratados serão feitos como segue:

5.1.1. caso a FORNECEDORA disponha de ambiente, localizado no município de São Paulo, próprio para a apresentação e demonstração de produtos a clientes (“showroom”), a aferição de medidas e retirada do objeto contratado, após eventuais ajustes, poderá ser realizada nesse local;

5.1.2. caso a FORNECEDORA não disponha de ambiente próprio para a apresentação e demonstração de produtos a clientes (“showroom”), localizado no município de São Paulo, poderá indicar um local provisório no município de São Paulo para a apresentação e demonstração de produtos a clientes (“showroom”), bem como a aferição de medidas e retirada do objeto contratado, após eventuais ajustes;

5.1.3. caso a FORNECEDORA não disponha de ambiente próprio, e não realize a indicação de um local provisório no município de São Paulo, conforme citados nos itens 5.1.1. e 5.1.2., poderá solicitar a CONTRATANTE o comparecimento no endereço Avenida Morumbi, nº 4.500, bairro Morumbi, sala 14, Térreo, São Paulo/SP, CEP 05650-905, em até **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da nota de empenho, **para a aferição das medidas e tamanhos dos motoristas, permanecendo pelo tempo necessário à execução de possíveis ajustes.**

5.1.4. o prazo para a entrega do objeto Costume (blazer e calça) e Camisa social serão de **30 (sessenta) dias**, corridos a contar do recebimento da nota de empenho, incluindo-se o tempo para aferição das medidas e eventuais ajustes;

5.1.5. o prazo para a entrega do objeto Gravata social e Sapato social serão de **30 (trinta) dias** corridos a contar do recebimento da nota de empenho;

5.1.6. Caso não seja possível a entrega nas datas assinaladas, o fornecedor deverá comunicar as razões pelas quais não poderá cumprir tais prazos com pelo menos **05 (cinco) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.3. a **Contratada deverá substituir, sem ônus para o Contratante, os materiais que apresentarem defeitos, vícios de execução ou tenham sido confeccionados em desacordo com o descrito neste Termo de Referência, não oriundos de mau uso por parte da Contratante;**

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O **fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).**

6.7.1. O **fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas**

ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez)** dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MPDG nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de **30 (trinta) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR GRUPO**.

Forma de fornecimento

8.1. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.11. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de

certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 1/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.23. Comprovação de capacidade operacional para execução de fornecimento similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.29.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s) :

8.29.1.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo:

- **Identificação da contratante emissora;**
- **Identificação da empresa contratada;**
- **Descrição sucinta do objeto executado, com menção ao fornecimento de costumes, camisas sociais e /ou blazers;**
- **Período;**
- **Declaração de que a entrega e o fornecimento foram prestados a contento.**

8.29.1.3. Para fins de comprovação da capacidade técnica, serão considerados compatíveis os contratos que envolvam:

- **Fornecimento de vestuário social corporativo ou institucional;**
- **Utilização de tecidos adequados ao uso profissional contínuo;**
- **Atendimento a padrões mínimos de qualidade, acabamento e durabilidade;**
- **Fornecimento em escala compatível com a demanda contratual.**

8.29.1.4. A Administração poderá, a seu critério, diligenciar junto às entidades emissoras dos atestados apresentados, com o objetivo de verificar a veracidade das informações prestadas, nos termos da legislação vigente.

8.29.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de fornecimento similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de fornecimentos executados de forma concomitante ;

8.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos ;

Outras comprovações

8.23. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.23.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.23.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.23.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.23.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 888.935,04

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 888.938,76 (oitocentos e oitenta e oito mil novecentos e trinta e oito reais e setenta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no **Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023**.

10. Adequação orçamentária

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- **Gestão/Unidade: 00001/280102**
- **Fonte de Recursos: 150010001**
- **Programa de Trabalho: 04122282562340000**
- **Elemento de Despesa: 339030**

10.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALTEMIR JOSE TEIXEIRA

Autoridade competente

VALTER JOSE DOS SANTOS

Equipe de apoio

LEANDRO ADAO DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 03/02/2026 às 13:14:20.